

## **POLÍTICAS PÚBLICAS E GÊNERO NA EDUCAÇÃO FÍSICA NO MERCOSUL**

*PUBLIC POLICIES AND GENDER IN PHYSICAL EDUCATION IN MERCOSUR*

*POLÍTICAS PÚBLICAS Y GÉNERO EN LA EDUCACIÓN FÍSICA EN EL MERCOSUL*

**Ileana Wenzel<sup>1</sup>**

*ilewenzel@gmail.com*

**Jose Manuel Alvarez Seara<sup>2</sup>**

*josmanu3@gmail.com*

**Erineusa Maria da Silva<sup>1</sup>**

*erineusams@yahoo.com.br*

**<sup>1</sup>Universidade Federal do Espírito Santo(UFES)**

**<sup>2</sup>Universidad de la República (UDELAR)**

**PALAVRAS-CHAVE:** *Política pública; Gênero; Educação Física.*

### **INTRODUÇÃO**

O objetivo deste trabalho<sup>1</sup> é analisar as políticas públicas de gênero para a educação no Brasil, na Argentina e no Uruguai e, nesse caminho, apresentar o percurso de criação dessas políticas nesses três países, no sentido de delinear trajetórias comuns e incomuns conforme suas conjunturas específicas, bem como seus atravessamentos para a Educação Física. Este estudo, de cunho qualitativo, utilizou-se de pesquisas bibliográficas, documentais e matérias publicadas em jornais e sites para a produção dos dados. Concluiu-se que, embora a Argentina e o Uruguai tenham se antecipado ao Brasil na formulação de legislações para o enfrentamento da discriminação de gênero e sexual, nos três países permanecem dificuldades nas implementações e efetivações das políticas públicas de gênero no campo da Educação e da Educação Física, especialmente na atualidade, tendo em vista ações de resistências de setores conservadores.

<sup>1</sup> O presente trabalho é parte de um artigo de pesquisa em processo de avaliação.



As conquistas de políticas públicas de gênero para a Educação na América Latina não podem ser analisadas sem considerar a conjuntura internacional favorável que embalou a temática de gênero e de diversidade, principalmente após os anos 60 do século XX. A partir desse período, podemos observar uma crescente preocupação internacional influenciada pelos movimentos feministas (AHMAD, 1999; MADSEN, 2008) de todos os continentes. O debate alcançou maior visibilidade política nos organismos internacionais Banco Mundial (BM), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) principalmente a partir da Conferência de Beijing, ocorrida em 1995.

## **A VELHA DISPUTA, ENTRE LEIS DE VANGUARDA E DISCURSOS CONSERVADORES**

Na atualidade, estudos dessa natureza se tornam muito importantes, pois vemos se fortalecerem as políticas conservadoras e neoliberais em relação à discussão de gênero no mundo e na América Latina. Em relação à construção de políticas públicas de gênero para a Educação e Educação Física, é possível perceber, nas políticas públicas dos três países em análise, em especial a partir da década de 1990, a interferência de organismos internacionais na indução de legislações que estabelecem garantias e direitos no que tange às temáticas gênero e sexualidade. No entanto, é possível indicar que o tempo de elaboração dessas legislações obedeceu ao tempo permitido pelas correlações de forças e tensões de cada país. O fato é que as agendas internacionais e as ações reivindicativas dos movimentos de mulheres e feministas dos três países influenciaram a construção de uma Agenda de Gênero para a educação no Brasil, na Argentina e no Uruguai.

Parece que não tem sido fácil convencer os governantes e gestores públicos de que, para a superação de entraves ao desenvolvimento econômico e social, temos necessidade de incorporação de uma visão transversal de gênero na condução das políticas públicas como um todo, numa perspectiva mais universalista de direitos humanos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ditos entraves atravessam a área da Educação Física, na medida em que afetam as sexualidades e os corpos de seus alunos e de suas alunas. Reconhecemos um avanço no currículo para debater gênero, embora precisemos reforçar a formação dos professores e das professoras para nos afastar de uma visão meramente biológica e contribuir para uma efetiva concretização de tais políticas. A sexualidade, às vezes incluída, mas diluída nesse processo, precisará de nossos investimentos para uma política de enfrentamento que corresponda a um processo educacional para o exercício da cidadania. Isso especialmente na atualidade, quando vemos projetos conservadores, como os denominados “Escola sem Partido” e “Ideologia de Gênero”, avançando sobre os três países estudados e questionando a existência de políticas de gênero para a educação e, conseqüentemente, para a Educação Física.

## **REFERÊNCIAS**

- AHMAD, A. Cultura, nacionalismo e o papel dos intelectuais. In Wood, E. M. & Foster, J. B. *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 1999. 59- 73.
- MADSEN, N. *A construção da agenda de gênero no sistema educacional brasileiro (1996-2007)*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

